



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: 0007394-20.2018.8.26.0037
 Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral
 Requerente: Rosinei Marcos dos Santos
 Requerido: OI S/A

Juiz de Direito: Dr. ROGERIO BELLENTANI ZAVARIZE

Vistos.

Trata-se de ação indenizatória e obrigacional, alegando que é titular da linha telefônica de nº 16 98803-1255, cuja modalidade do plano de serviços é a pré-paga, mas a linha passou a sofrer interrupções para receber e efetuar chamadas e para utilização de internet. Afirma que em 06.04.2018 ficou totalmente sem sinal e entrou em contato com a ré que alegava instabilidade na região, mas garantiu que o sinal retornaria. Diz que em outros contatos lhe foi afirmado que enviariam um chip e que também, em 05.05.2018, lhe foi ofertado um plano controle ilimitado o qual previa chamadas para qualquer operadora de celular e fixo dentro do Brasil, ilimitadamente e sem franquia, pelo valor mensal de R\$34,88. Declara que desde 07.05.2018 o aparelho não apresenta sinal e que está pagando mensalmente a fatura no valor de R\$34,88, mas não pode usufruir dos benefícios contratados. Requereu a procedência para obter indenização por dano moral em valor a ser arbitrado em juízo, em razão da indisponibilidade da linha, obter o cumprimento de obrigação de fazer consistente na implementação do plano descrito, pelo valor de R\$34,88 via débito em cartão de crédito.

Certificou-se a ausência de contestação no prazo legal (pág. 79). Depois, veio intempestiva.

A revelia provoca presunção de veracidade dos fatos, mas nem por isso a procedência é total, pois o art. 20 da Lei nº 9.099/95 ressalva que reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados, “salvo se o contrário resultar da convicção do juiz”. E autorizada doutrina ensina que “...algumas vezes, mesmo com o reconhecimento da veracidade dos fatos alegados pelo autor, a ação é julgada improcedente, pois a pretensão do autor nem sempre encontra respaldo no direito” (Chimenti, Ricardo Cunha. Teoria e Prática dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais. São Paulo: Saraiva, 13ª Ed., 2012, p. 177).

O autor alega a indisponibilidade da linha telefônica vinculada à ré, impossibilitando-o de utilizar o plano contratado, razão pela qual



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

pretende a concessão da tutela mandamental e indenização por dano moral.

Declara o requerente que em 05.05.2018 recebeu um contato da ré, a qual lhe ofertou um plano de telefonia móvel consistente em ligações nacionais ilimitadas para móvel e fixo de qualquer operadora e 6GB de internet móvel pelo valor mensal de R\$34,88. Afirma que está pagando pelas faturas deste plano, mas não há disponibilidade do serviço e por isso formulou o pedido obrigacional.

No entanto, razão não lhe assiste.

O autor declarou no termo de ajuizamento os dias e os números de protocolo em que manteve contato com a ré (pág. 1). Não há nenhum do dia 05.05.2018, data em que declarou ter aderido à oferta proposta pela requerida.

Ademais, diz que paga mensalmente as faturas relacionadas a tal plano, mas não anexou ao termo de ajuizamento ao menos uma fatura especificando os serviços e seu valor a fim de comprovar suas alegações, deixando de cumprir com o que determina o art. 373, I e art. 434, ambos do Código de Processo Civil. Ou seja, não há prova do fato constitutivo de seu direito.

No que tange a esta parcela do pedido, não se cogita de inversão do ônus da prova.

O apego à tese da inversão do ônus da prova é hoje muito usual. Mas para tanto há necessidade de verificação dos seus requisitos. Conforme art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, ela ocorre quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente.

Inadmissível aplicação automática da regra de inversão, sob pena de permitir que todo e qualquer relato seja acolhido se a outra parte não comprovar o contrário.

Autorizada doutrina ensina que não é suficiente apenas boa narração da petição para se inferir da existência de verossimilhança, e que, como se trata de medida extrema, necessita do contraste com a contestação para verificar seus elementos (Nunes, Luís Antonio Rizzatto. Curso de Direito do Consumidor. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 781).

A verossimilhança, enquanto uma das condições para a inversão, é a aparência de ser a expressão da verdade real (Filomeno, José Geraldo Brito. Manual de direitos do consumidor. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 400).

Para tanto, é preciso encontrar algum elemento indicativo em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

cada processo a fim de admitir ou não a hipótese. No caso presente, não há elementos desta natureza.

Quanto à pretensão indenizatória em razão da ausência de sinal de telefonia, parcialmente desde 06.04.2018 e integralmente desde 07.05.2018, merece acolhimento.

Por se tratar de arguição de fato negativo, o ônus probatório é da requerida, mas não há controvérsia sobre o fato, tendo em vista a revelia já reconhecida.

Apenas à ré caberia a comprovação da efetiva prestação de serviços, pois é a prestadora dos serviços e a habilitada à produção específica da prova.

O art. 14 do Código de Defesa do Consumidor disciplina a responsabilidade objetiva do fornecedor de serviços, que responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos por defeitos relativos à prestação dos serviços. Não se faz presente nenhuma das hipóteses de exclusão de responsabilidade, dentre as previstas no §3º, I e II.

Ressalta-se que os serviços de telecomunicações são considerados essenciais por expressa disposição legal, nos termos do art. 10, VII, Lei nº 7.783/89, devendo ser disponibilizados de modo contínuo e integral.

Observe-se o disposto no art. 7º, I, da Lei nº 8.987/85, que confere ao usuário o direito de receber o serviço adequado, sendo descrito como aquele que “satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação e modicidade das tarifas” (art. 6º, § 1º da mesma Lei).

A falta de prestação de serviço considerado essencial não pode ser considerada mero aborrecimento ou dissabor, restando caracterizado dano moral passível de indenização, notadamente diante da inércia da ré em resolver o problema administrativamente, após contínuas tentativas por parte da autora.

Cumpra agora, reconhecido que houve o dano moral, fixar o valor da indenização. O valor deve ser compatível com a intensidade do seu dano, a repercussão, e a posição social das partes, atendidos, assim, os parâmetros dos arts. 944 do Código Civil (Lei nº 10.406/02).

A indenização por dano moral não tem critérios tarifados estabelecidos pela lei, mas há parâmetros bem delineados pela jurisprudência, de modo a atender aos parâmetros do artigo acima citado. A indenização não pode se transformar em fonte de rendimentos sem motivo, mas deve servir para compensar a lesão e inibir novas condutas desta natureza. O caso recomenda o patamar de R\$3.000,00, suficiente à reparação, sem provocar indevido



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

enriquecimento.

A correção monetária incide desde a sentença de arbitramento, de acordo com a uniformização da jurisprudência pelo Superior Tribunal de Justiça (Súmula nº 362). Os juros moratórios devem seguir o mesmo termo, pois haverá evidente descompasso se retroagirem à data da citação ou do próprio ato que originou a ação, pois ainda não existia o arbitramento da indenização. Neste sentido, há indicação da doutrina (Cahali, Yussef Said. Dano Moral. RT, 4ª Ed., 2011, p. 639) e precedentes do Superior Tribunal de Justiça (REsp n. 903.258/RS; rel. Ministra Maria Isabel Galotti) e do Tribunal de Justiça de São Paulo confirmando sentença por nós proferida, mantendo a incidência dos juros mora desde a sentença de arbitramento da indenização (Ap. nº 1000482-02.2015.8.26.0067; Rel.: Jovino de Sylos; 16ª Câmara de Direito Privado; j.: 31.01.2017).

Para os fins do art. 489, §1º, IV do Código de Processo Civil, não há outros argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada e que não tenham sido considerados e valorados.

Diante do exposto, julgo PROCEDENTE EM PARTE a pretensão para condenar a ré ao pagamento de R\$3.000,00, com correção monetária de acordo com a tabela prática do Tribunal de Justiça de São Paulo e juros de mora de 1% ao mês, ambos a partir desta sentença de arbitramento. Não há sucumbência nesta fase (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

O recurso cabível é o denominado (art. 41 da Lei nº 9.099/95). O preparo compreende as custas dispensadas em primeiro grau (art. 54, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95 e art. 4º, I e II da Lei Estadual nº 11.608/03, conforme a Lei nº 15.855/15); é a soma de 1% do valor da causa ou cinco Ufesps (o que for maior), mais 4% da condenação ou cinco Ufesps (o que for maior).

Por força do art. 52, III, da Lei nº 9.099/95, a parte vencida desde já fica ciente: 1) incidirá multa de 10% sobre a condenação se não for paga em quinze dias após o trânsito em julgado, mediante oportuna intimação, conforme art. 523 do Código de Processo Civil; 2) se o débito não for pago, o nome do devedor poderá ser anotado no SPC, e poderá ser expedida certidão para protesto da sentença condenatória (art. 517 do Código de Processo Civil).

Após o trânsito em julgado, em caso de depósito para cumprimento da condenação (antes de instaurada a execução), seguido de concordância (ou silêncio) da parte credora a respeito, expeça-se mandado de levantamento.

Não se aplicará o regime de cumprimento de sentença, pois nos termos do Comunicado nº 1.574/2018, publicado no Diário da Justiça



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

Eletrônico em 10.08.2018, as ações nas quais a ré ocupe o polo passivo devem tramitar até a liquidação do valor do crédito. Com o crédito líquido e, após o trânsito em julgado de eventual Impugnação ou Embargos, o Juízo de origem expedirá ofício ao Juízo da Recuperação Judicial comunicando a necessidade de pagamento do crédito, o qual será organizado por ordem cronológica para quitação.

Publique-se. Intimem-se.
Araraquara, 11 de setembro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006